

NEGOCIAÇÃO 2017

Professores reivindicam 7% de reajuste salarial

A partir da segunda semana deste mês de março, o Sinpro/RS e o Sindicato Patronal (Sinepe/RS) dão início às negociações para definição das Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e da educação superior para 2017. A pauta de reivindicações foi definida em Assembleia Geral regionalizada, realizada de 1º a 11 de março, em 26 cidades, reunindo mais de 400 professores, em 47 encontros.

Dentre as principais reivindicações, estão:

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Reajuste salarial de 7%;
- reajuste de 9% para os pisos;
- aproximação de 20% dos valores hora/aula da educação infantil e anos iniciais com os anos finais do fundamental;
- duas semanas de indisponibilidade no recesso de julho e três feriados-ponte;
- garantia de inclusão de alunos com deficiência e limitação do número de alunos nas turmas;
- garantia do direito ao descanso;
- ampliação da participação dos empregadores no custeio do plano de saúde.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Reajuste salarial de 7%;
- reajuste do piso salarial para R\$ 35,00 hora/aula;
- indisponibilidade dos professores no recesso de julho;
- período de férias anuais em janeiro e meados de fevereiro;
- garantia de autonomia dos professores;
- limitação de alunos por turma;
- regulamentação e remuneração de todas as atividades docentes;
- aumento na participação do empregador no custeio de plano de saúde;
- isenção de pagamento de estacionamento;
- garantia do desconto nos cursos de mestrado e doutorado.

DESTAQUE – Na Assembleia, os professores aprovaram também a reivindicação de uma postura por parte das instituições de ensino privado contrária à terceirização da atividade docente.

MENSALIDADE ESCOLAR – O reajuste em 2017 superou todas as projeções de inflação para 2016, ficando mais de 100% acima da inflação. Segundo levantamento do Dieese, na educação básica, a média do reajuste das mensalidades é de 11,5% e, na educação superior, 10,5%. A projeção de inflação pelo INPC (março/2016 a fevereiro/2017) é de 5%.

Campanha Salarial e Reforma da Previdência

As reuniões de professores em 26 cidades neste início de março representaram os docentes dos dois segmentos (educação básica e educação superior) do ensino privado gaúcho. As reivindicações e as ações definidas evidenciam a vitalidade da categoria e a representatividade da sua entidade sindical.

A agenda dos próximos meses será ocupada pela luta por salário e condições de trabalho, que se sintetizam na Convenção Coletiva de Trabalho. Mas os esforços da categoria e do Sinpro/RS, neste ano, terão que se dobrar para abarcar também a defesa de direitos mais abrangentes e, historicamente, mais consolidados.

A agenda dos protagonistas da cena política brasileira, após o golpe na democracia, contempla agora as propostas de reformas trabalhista e da Previdência Social.

Trata-se de evidência clara de que os objetivos da quebra da normalidade democrática, perpetrada em 2016, estava a serviço de interesses econômicos bem mais abrangentes e objetivos.

As intenções e os interesses que hegemonomizam as iniciativas do governo federal e a disposição da maioria dos deputados e senadores do Congresso Nacional são de sintonia e alinhamento com os interesses do grande capital e objetivam o barateamento do custo do trabalho e a priorização dos recursos públicos para garantia dos lucros do setor financeiro.

Limitar os gastos com a educação, a saúde e, especialmente, com a Previdência é a finalidade dos projetos aprovados e em tramitação para que se garantam os pagamentos dos juros da dívida pública.

E assim nos confrontamos com o risco de perder a possibilidade de uma aposentadoria e uma vida digna depois de muitos anos de trabalho duro, sempre cheio de incertezas e marcado por tensões de toda ordem na dinâmica do ensino privado brasileiro.

A perspectiva, portanto, é de muita luta, de muito esforço necessário para a definição das condições de trabalho e salário no presente, para o que os gestores do ensino privado têm, certamente, uma boa margem de negociação face ao reajuste dos seus preços mais de 100% acima da inflação.

Concomitantemente, há que participar da luta dos trabalhadores vanguardada pelo movimento sindical contra a famigerada Reforma da Previdência.

É muito importante que cada professor compreenda o que está em jogo e, especialmente, se convença da necessidade de participar, de fazer alguma coisa, o que passa por discutir com os colegas, os alunos, os familiares e, inclusive, dispôr-se a comparecer em atos e atividades públicas de protesto contra a tentativa de nos privar do direito à aposentadoria.

Direção Colegiada

MOBILIZAÇÃO

Contra o desmonte da Previdência Social

A Assembleia geral regionalizada ratificou o posicionamento do Sinpro/RS contra os projetos de Reforma da Previdência e da terceirização da atividade-fim, em tramitação no Congresso Nacional.

Também aprovou um manifesto ao ensino privado e suas entidades pedindo seu posicionamento contrário à Reforma da Previdência e deliberou pela participação dos professores nas atividades públicas que serão realizadas no período, a começar pelo **Dia Nacional de Luta**, convocado pelas centrais sindicais para o dia 15 de março.

VIGÍLIA – A proposta é que os professores assinalem nas escolas sua participação contra a reforma através de **vigília**, a qual consiste na discussão dos prejuízos da reforma, e uso de materiais que evidenciem a oposição da categoria ao projeto.

Depois da aprovação da PEC 241 (Emenda Constitucional 95/16), que congela os investimentos em saúde, educação e dos programas sociais por 20 anos, o governo Temer não mede esforços agora para acabar com a aposentadoria, impondo aos trabalhadores 49 anos de contribuição, para a aposentadoria integral, e idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. Essa proposta atinge diretamente os professores.

Confira alguns pontos importantes que revelam as reais intenções do governo e o impacto dessa proposta:

1 – É verdade o que diz a propaganda do governo de que a Previdência está quebrada?

A Previdência Social não está quebrada. Ela integra o sistema da Seguridade Social, que engloba Previdência, Assistência Social e Saúde, estabelecido pela Constituição. Ao somar os recursos do sistema, sobra dinheiro para aposentadorias justas. Em 2014, sobraram R\$ 55,7 bilhões e, em 2015, R\$ 11,2 bilhões.

2 – Por que falta dinheiro para a Seguridade Social?

O governo usa um mecanismo chamado Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira parte do orçamento da Seguridade Social para outros fins que não os programas sociais e as aposentadorias. Para piorar, a Emenda Constitucional 95/16 ampliou de 20% para 30% o percentual que o governo pode tirar dos recursos so-

ciais. Isso vai permitir uma retirada anual de até R\$ 120 bilhões do caixa da Seguridade.

3 – Qual o real interesse do governo com a reforma?

Beneficiar os planos privados de previdência. O governo está acertando as contas com seus apoiadores. Com essa reforma, que liquida com o futuro dos trabalhadores, sobram mais recursos para pagar juros aos bancos, mantendo os altos lucros de quem atua no mercado financeiro.

4 – Com esta proposta de reforma, o trabalhador poderá se aposentar por tempo de contribuição?

Não. Com a reforma, a aposentadoria será com a idade mínima de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição. E essa idade subirá no futuro, quando aumentar a expectativa de vida. Em algumas regiões do Brasil, as pessoas vivem em média menos de 65 anos. Ou seja, contribuirão uma vida inteira e morrerão antes de se aposentar.

5 – A idade para aposentadoria será igual para homens e mulheres?

Sim. O governo foi mais cruel ainda nesse aspecto. Ignorou o fato de que as mulheres cumprem duas ou três jornadas, contando o trabalho diário, o cuidado da família e da casa, entre outras funções. Além de ganhar menos, estatísticas revelam que, na média mundial, as mulheres trabalham 39 dias a mais por ano que os homens. Isto é, a cada 10 anos é como se elas tivessem trabalhado 1 ano a mais que os homens.

6 – Com 65 anos, o trabalhador poderá se aposentar com 100%?

Para se aposentar com 100% será necessário contribuir por 49 anos. Se você começou a contribuir aos 20 anos, e nunca parou, conseguirá a aposentadoria integral beirando os 70 anos.

7 – Como ficará a aposentadoria proporcional?

A aposentadoria proporcional ficará mais perversa. Para consegui-la, o trabalhador terá de ter 65 anos de idade e contribuído, no mínimo, 25 anos. Hoje, o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos.

8 – E para quem está na chamada transição?

Está prevista uma regra de transição para homens

com 50 anos de idade (ou mais) e mulheres com 45 anos (ou mais). Eles terão que trabalhar o tempo que falta pela regra atual mais 50%. Por exemplo: se faltam 10 anos, terão que trabalhar, além destes, mais 5 anos. O cálculo da aposentadoria será pelas novas regras, que trarão, portanto, perdas enormes.

9 – Quem contribui para a Previdência e morre poderá deixar pensão para os filhos e esposo(a)?

A perversidade do governo também liquida com as pensões por morte dos mais pobres. A reforma não permitirá mais acumular pensão e aposentadoria. Será preciso escolher uma das duas e o valor poderá ser menor do que um salário mínimo. Ou seja, você pode ter contribuído a vida inteira e, quando vier a falecer, se sua companheira ou companheiro for aposentado, não poderá receber os dois benefícios. Terá que optar por um dos dois. O restante ficará para o caixa do governo.

10 – A pensão será integral?

Não. A pensão deverá ser de 50% da aposentadoria do trabalhador falecido, mais 10% por dependente. O cônjuge vivo conta como dependente, ou seja, sua pensão será de 60%. E quando o filho ficar maior de idade, os 10% dele param de ser pagos. Por exemplo: se o trabalhador falecido deixou uma viúva e um filho, eles receberão 70% até esse filho ficar maior de idade. Quando isso acontecer, a viúva perderá 10%.

11 – O piso das pensões continuará sendo o salário mínimo?

Não. As pensões e os Benefícios de Prestação Continuada, pagos aos idosos e deficientes pobres, poderão ser inferiores ao salário mínimo.

12 – E para quem já recebe esses benefícios, haverá mudanças?

Com certeza. Ao tirar o salário mínimo como piso das pensões e Benefícios de Prestação Continuada, os valores serão achatados. Ou seja, a cada ano sofrerão perdas significativas.

13 – As regras dessa reforma valerão para todos?

Não. A reforma manteve os privilégios dos militares. Os demais trabalhadores dos setores públicos e privados serão prejudicados.

Reforma atinge os professores

A proposta do governo Temer acaba com a aposentadoria especial (por tempo reduzido) dos professores da educação básica. Terão que continuar em sala de aula até os 65 anos de idade. O governo Temer desconsiderou a jornada desgastante que os trabalhadores em educação cumprem. Cabe lembrar que, na última Reforma da Previdência, no governo FHC, os professores da educação superior perderam o direito de aposentadoria por tempo reduzido.

A extensão do tempo para a aquisição do direito de aposentadoria aumentará gravemente o problema da empregabilidade dos professores nas faixas etárias acima dos 50 anos nas escolas privadas.

Veja quem apoia o Governo Temer no Congresso



Alceu Moreira - PMDB
dep.alceumoreira
@camara.leg.br



Jones Martins - PMDB
dep.jonesmartins
@camara.leg.br



Darcísio Perondi - PMDB
dep.darcisioperondi
@camara.leg.br



José Fogaca - PMDB
dep.josefogaca
@camara.leg.br



Mauro Pereira - PMDB
dep.maupereira
@camara.leg.br



Onix Lorenzoni - DEM
dep.onyxlorenzoni
@camara.leg.br



Carlos Gomes - PRB
dep.carlostgomes
@camara.leg.br



Luis Carlos Heinze - PP
dep.luiscarloshinze
@camara.leg.br



Afonso Hamm - PP
dep.afonsohamm
@camara.leg.br



Covatti Filho - PP
dep.covattifilho
@camara.leg.br



Jerônimo Goergen - PP
dep.jeronimogoergen
@camara.leg.br



Renato Molling - PP
dep.renatomolling
@camara.leg.br



José Otávio Germano - PP
dep.joseotaviogermano
@camara.leg.br



Danrlei de Deus - PSD
dep.danrleidedeushinterholz
@camara.leg.br



Heitor Schuch - PSB
dep.heitorschuch
@camara.leg.br



José Stédile - PSB
dep.josestedile
@camara.leg.br



Yeda Crusius - PSDB
dep.yedacrusius
@camara.leg.br



Sérgio Moraes - PTB
dep.sergiomoraes
@camara.leg.br



Giovani Cherini - PR
dep.giovanicherini
@camara.leg.br



Cajar Nardes - PR
dep.cajarnardes
@camara.leg.br



Lasier Martins - PSD
lasier.martins
@senador.leg.br



Ana Amélia Lemos - PP
ana.amelia
@senadora.leg.br

Deputados e Senadores pediram seu voto.

Não deixe que votem contra você.



Com essa Reforma da Previdência você tem duas opções: trabalhar até morrer ou morrer trabalhando. É o fim da sua aposentadoria. Acompanhe de perto as manifestações da bancada gaúcha que apoia o Governo Temer e exija que votem contra a Reforma da Previdência. Se você entrar na luta, a Reforma não passa! Vamos juntos construir a Greve Geral.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão